



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
06/2022, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA GERÊNCIA REGIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA NO
ESTADO DE ALAGOAS E A EMPRESA ESTEL EMPRESA DE
SERVICOS TERCEIRIZADOS EIREL.**

A União, por intermédio da **Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas**, com sede na Praça Dom Pedro II, nº 16, centro, Maceió/AL, inscrita no **CNPJ sob o nº 00.394.460/0004-94**, neste ato representado pelo Gerente da GRA/AL Sr. **Marco Aurélio Neiva Martins**, brasileiro, solteiro, CPF N.º 221.966.091-53, RG N.º 587.445-SSP/DF, nomeado pela Portaria nº 375, de 12 de julho de 2013, publicada no DOU de 15 de julho de 2013, portador da matrícula funcional nº 0131724, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIX, do artigo 86, do Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, aprovado pela Portaria MF nº 144, de 27 de abril de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 29 de abril de 2016, doravante denominada CONTRATANTE, e a **Empresa Estel Empresa de Serviços Terceirizados Eireli**, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº 07.572.840/0001-78**, sediada na Avenida Menino Marcelo, nº 9350, Edifício Emp. Humberto Lobo – Sala 1011, Serraria, Maceió/AL, CEP: 57.046-000, em 01/09/2022 doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pela Srª. **Rosângela Maria Torres Silva**, portadora da Carteira de Identidade nº 1.579.232, expedida pela SSP/AL e CPF nº 008.258.784-11, tendo em vista o que consta no Processo nº **10465.100740/2021-74** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 04/2022**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, sob a forma de execução indireta, nas dependências dos edifícios do Ministério da Economia e órgãos jurisdicionados localizados na capital e no interior do Estado de Alagoas, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Grupo	Item	DESCRIÇÃO E LOCAL	Quantidade Estimada de Serventes	Custo Mensal (Estimado)	Custo Anual (Estimado)
01	01	Prestação de serviço de limpeza e conservação no prédio Sede, Anexo e Garagem da Gerência Regional do Ministério da Economia (GRA/AL), em Maceió.	5	R\$ 18.051,45	R\$ 216.617,41
		SUBTOTAL GRA/AL	5	R\$ 18.051,45	R\$ 216.617,41
	02	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas – SRTb/AL, no prédio Sede (Edf. Wallmap e Edf. Floriano Peixoto) e Garagem, em Maceió.	3	R\$ 9.915,75	R\$ 118.989,04
	03	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Superintendência Regional do Trabalho em Alagoas – SRTb/AL, Unidade JÁ (Maceió Shopping).	1	R\$ 3.117,04	R\$ 37.404,48
	04	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Agência Regional do Trabalho em Palmeira dos Índios/AL.	1	R\$ 2.916,32	R\$ 34.995,82
	05	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Agência Regional do Trabalho em União dos Palmares/AL.	1	R\$ 2.916,32	R\$ 34.995,82



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

06	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Agência Regional do Trabalho em São Miguel dos Campos/AL.	1	R\$ 2.916,32	R\$ 34.995,82
07	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Agência Regional do Trabalho em Delmiro Gouveia/AL.	1	R\$ 2.916,32	R\$ 34.995,82
08	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas dependências da Gerência Regional do Trabalho em Arapiraca/AL.	1	R\$ 2.916,32	R\$ 34.995,82
	SUBTOTAL SRTb/AL	9	R\$ 27.614,39	R\$ 331.372,65
09	Prestação de serviço de limpeza e conservação nas salas da Controladoria Geral da União em Alagoas (Ed. Norcom), em Maceió e Sala 1301 (depósito) do Edifício Walmap.	1	R\$ 4.059,49	R\$ 48.713,92
	SUBTOTAL CGU/AL	1	R\$4.059,49	R\$ 48.713,92
	TOTAL GERAL	15	R\$ 49.725,33	R\$ 596.703,95

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **03/10/2022 e encerramento em 03/10/2023**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN SEGES/MP n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.1.1. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

2.1.4. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.5. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.6. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações dos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos e/ou eliminados como condição para a renovação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 49.725,33 (quarenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 596.703,95 (quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e três reais e noventa e cinco centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:	Fonte:	PTRES	Elemento de Despesa:	PI:
380931	0180570001	204647	339037	S6409SRA
170067	0333000000	171857	339039	S6409SPU
370010	0100000000	173740	339039	203000
170064	0100000000	171701	339039	RATLIMP2000
170064	0100000000	171701	339039	S6409UNIDES

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO.

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual (reajuste em sentido estrito e/ou repactuação) são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

11.5. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).

11.7. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

11.7.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

11.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

11.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

11.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

11.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

11.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

11.10. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020.

12.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MP nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Alagoas – Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão Corporativa
Gerência Regional de Administração no Estado de Alagoas
Área de Contratações e Licitações
Setor de Contratos

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Maceió/AL, 01 de setembro de 2022.

MARCO AURELIO
NEIVA

MARTINS:22196609153

Assinado de forma digital por
MARCO AURELIO NEIVA

MARTINS:22196609153

Dados: 2022.09.02 10:15:29 -03'00'

Marco Aurélio Neiva Martins

Gerente Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de Alagoas

ESTEL EMPRESA DE
SERVICOS TERCEIRIZADOS
EIRELI07572840000178

Assinado de forma digital por ESTEL
EMPRESA DE SERVICOS TERCEIRIZADOS
EIRELI07572840000178
Dados: 2022.09.01 16:05:14 -03'00'

Rosângela Maria Torres Silva

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: CAMYLLA
BEZERRA DE
QUEIROZ
IZIDORO

Assinado de forma
digital por CAMYLLA
BEZERRA DE QUEIROZ
IZIDORO
Dados: 2022.09.02
08:57:20 -03'00'

FABIO RODRIGO
MENDONCA DE SOUZA

Assinado de forma digital por
FABIO RODRIGO MENDONCA DE
SOUZA
Dados: 2022.09.01 17:38:05 -03'00'

1- Camylla Bezerra de Queiroz Izidoro
CPF: 062.566.404-38

2- Fábio Rodrigo Mendonça de Souza
CPF: 033.561.294-65